

Artículo recibido el 05 de marzo de 2022 y aceptado el 21 de junio de 2022.

"Minha família é minha filha": cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil

"Mi familia es mi hija": cuidados, género y maternidad en las trayectorias de mujeres migrantes en Brasil

Paula Dornelas¹

RESUMO

Este trabalho discorre sobre as dinâmicas envolvendo as tarefas de cuidado desempenhadas por mulheres migrantes no decurso de seus processos migratórios no Brasil. Com base em relatos e interlocuções com migrantes de diferentes países da América Latina, o artigo analisa como as mulheres percebem os trabalhos de cuidado, os papéis de gênero, a vivência da maternidade e as relações familiares que desenvolvem transnacionalmente. Para tanto, mobilizamos a teoria política feminista e a literatura em torno das articulações entre migrações, gênero e feminismos, partindo de agendas como os debates em torno do cuidado e da maternidade, a discussão entre público e privado e a perspectiva da interseccionalidade. Por meio de abordagens interpretativas e uma investigação de natureza qualitativa, o trabalho explora como as trajetórias das mulheres são permeadas por dinâmicas desterritorializadas de cuidado, e como elas negociam e tensionam seus papéis como mulheres e como migrantes ao longo do processo.

Palavras-chave: Migração. Mulheres migrantes. Cuidado. Maternidade. Teorias Feministas.

RESUMEN

Este trabajo discute las dinámicas involucradas en las tareas de cuidado realizadas por mujeres migrantes durante sus procesos migratorios en Brasil. A partir de relatos y diálogos con migrantes de distintos países

1 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. E-mail: pauladdornelas@gmail.com. Red académica: <https://ufmg.academia.edu/PaulaDornelas>

latinoamericanos, el artículo analiza cómo las mujeres perciben el trabajo de cuidado, los roles de género, la experiencia de la maternidad y las relaciones familiares que desarrollan transnacionalmente. Para esto, movilizamos la teoría política feminista y la literatura en torno a las articulaciones entre migraciones, género y feminismos, a partir de agendas como los debates sobre el cuidado y la maternidad, la discusión entre público y privado, así como la perspectiva de la interseccionalidad. Basado en enfoques interpretativos y una investigación cualitativa, el trabajo explora cómo las trayectorias de las mujeres son permeadas por dinámicas desterritorializadas de cuidado, y cómo ellas negocian y tensionan sus roles como mujeres y como migrantes a lo largo del proceso.

Palabras clave: Migración. Mujeres migrantes. Cuidado. Maternidad. Teorías feministas.

INTRODUÇÃO

As teorias feministas e os estudos de gênero investigam, há várias décadas, a centralidade das práticas, instituições, normas e relações de poder que atravessam as vivências das pessoas e as posicionam de forma desigual na sociedade. Como explica Flávia Biroli (2017), essas teorias se definem com base nas posições ocupadas por mulheres, estando em constante diálogo e intercâmbio com as lutas de movimentos sociais e com as práticas políticas de ativistas. Em diferentes campos e disciplinas, um dos pontos de partida das teorias feministas está nos “sentidos e limites da política, repensada de uma perspectiva que leva em conta a posição das mulheres, isto é, uma perspectiva de gênero” (Biroli, 2017, p. 175).

No campo dos estudos migratórios, fatores como a mobilização por parte de teóricas e ativistas feministas, além das transformações nos movimentos populacionais, foram importantes para que as mulheres migrantes passassem a ser consideradas, academicamente, como protagonistas dos processos migratórios (Magliano y Domenech, 2009; Magliano, 2018). Se antes eram vistas apenas como acompanhantes dos deslocamentos masculinos e motivadas a migrar por razões unicamente familiares, o gênero tem se tornado, ao longo das últimas décadas, um eixo transversal e multidimensional de análise nos estudos e na agenda global das migrações.

Em termos da articulação entre a literatura das migrações e os estudos de gênero, é importante ressaltar, inicialmente, que falar de uma única teoria ou apontar qualquer categorização mais fixa sobre as mulheres e o(s) feminismo(s) é uma tarefa inglória. Isso porque há diferentes perspectivas adotadas e uma pluralidade de agendas, pautas e abordagens existentes dentro das teorias feministas (Tong, 2009 apud Sarmiento, 2017) e do campo de estudos migratórios. Se as experiências das mulheres são diversas e

heterogêneas, ampla é a gama de temas mobilizados e de recortes teóricos possíveis para se pensar sobre indivíduos e suas vivências.

Com base nesses pressupostos, este trabalho busca ancorar-se nas teorias feministas –em articulação com a literatura sobre migrações e mobilidades– para olhar para as experiências de mulheres migrantes. Partindo de relatos dessas interlocutoras de pesquisa, buscamos evidenciar como quadros de desrespeito e desigualdade atravessam suas experiências migratórias em vários âmbitos: nas relações familiares, no mercado de trabalho, nas vivências de maternidade e no cotidiano da vida social. Procuramos explicitar, também, os agenciamentos desenvolvidos por essas mulheres, que resignificam papéis, reivindicam justiça e protagonizam lutas cotidianas nos mais variados espaços.

Para tanto, recorreremos a algumas agendas importantes do campo feminista e de gênero, na tentativa de compreender certas dinâmicas relevantes que permeiam os deslocamentos de mulheres, mais especificamente daquelas nascidas em diversos países da América Latina e que residem no Brasil². Mobilizamos debates como os relacionados às dinâmicas do cuidado, à maternidade, à discussão entre público e privado, e à interseccionalidade, levando em conta que essas perspectivas estão inter-relacionadas e são (re)constituídas constantemente dentro de amplos debates. Acreditamos que essas abordagens lançam luz para alguns elementos importantes das experiências de mulheres migrantes.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é um recorte de Dissertação de Mestrado³ que olhou para a configuração de lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil. O trabalho de campo foi realizado presencialmente em 2019, nas cidades brasileiras de Belo Horizonte e São Paulo⁴, em que foram entrevistadas 20 mulheres migrantes nascidas em diferentes países da América

2 O recorte se justifica pelo interesse em olhar, mais especificamente, para as dinâmicas e processos das migrações Sul-Sul.

3 Dissertação de mestrado defendida no âmbito do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil).

4 Essas cidades foram escolhidas tanto em razão de a pesquisadora já possuir inserção prévia no campo em razão de outras atividades desenvolvidas – o que favoreceu o contato e a construção de confiança com as entrevistadas – quanto por serem municípios que contam com a presença de migrantes e possuem coletivos, grupos e instituições voltadas para esse público. A escolha de São Paulo, além disso, deu-se pela capital paulista ser um município que se destaca nacionalmente pela existência de uma Política Municipal para a População Imigrante (Lei 16.478/16), o que observamos ser um aspecto importante relacionado à participação política das migrantes.

Latina e Caribe. A heterogeneidade no perfil das interlocutoras de pesquisa foi importante para atender aos objetivos da investigação, principalmente pela diversidade de sentidos atribuídos e de experiências vividas, o que contribuiu para que olhássemos para o entrecruzamento de diversos marcadores da diferença nos processos e agenciamentos desenvolvidos por elas. Desse modo, o perfil das mulheres que participaram da investigação é diverso em termos de idade, raça, orientação sexual, nacionalidade, estado civil, profissão, entre outros aspectos⁵, como é possível observar no quadro abaixo, que sintetiza algumas informações das interlocutoras de pesquisa.

Quadro 1 – Perfil sintético das interlocutoras de pesquisa

Nome (fictício)	Nacionalidade	Idade	Ano de chegada/ Tempo de residência ⁶	Raça/cor	Orientação sexual	Estado Civil	Filhos/ as?	Profissão e/ou cargo
Carla	Colombiana	46	1998 / 21 anos	Branca	Heterossexual	Casada	1	Empresária
Magda	Boliviana	50	1992 / 27 anos	<i>Mestiza</i> ⁷	Heterossexual	Divorciada	4	Dona de casa
Daniela	Boliviana	37	2007 / 12 anos	Parda	Heterossexual	Casada	2	Dona de casa / costureira
Beatriz	Boliviana	58	1996 / 23 anos	Indígena	Heterossexual	Casada	1	Dona de casa / artesã / Diretora de uma organização

5 É evidente que, por mais que nosso intento seja o de englobar e ressaltar a multiplicidade de mulheres, retratar a pluralidade de suas vivências de forma completa é um esforço inexecutável. Para mais informações sobre o perfil das interlocutoras da pesquisa, a metodologia utilizada e análises completas realizadas durante a dissertação, cf. Dornelas, 2020.

6 O trabalho de campo foi realizado em 2019, portanto as informações relacionadas à idade e tempo de residência das entrevistadas se referem às informadas por elas naquele ano.

7 Segundo Grada Kilomba (2019), alguns termos da língua portuguesa são usados para referir-se às pessoas não brancas, de modo a inferiorizá-las por meio da nomenclatura relacionada a animais. Esse é o caso, de acordo com a autora, do termo mestiça que, em português, tem sua origem na reprodução canina, usado para definir o cruzamento de duas raças diferentes, originando um animal considerado “inferior” (Kilomba, 2019). Em espanhol, o termo mestiza é comumente utilizado para se referir a pessoas descendentes de indígenas e europeus. Gloria Anzaldúa (2005) defende o uso do termo mestiza, advogando por uma nova consciência, que é plural e mescla diferentes culturas e elementos, em que “a partir dessa “transpolinização” racial, ideológica, cultural e biológica, uma consciência outra está em formação - uma nova consciência mestiza, una conciencia de mujer.” (Anzaldúa, 2005, p. 704). Por esses sentidos estabelecidos e, principalmente, por ter sido a forma como as migrantes se identificaram, adotamos, aqui, o termo em espanhol.

Sara	Peruana	34	2014 / 5 anos	Marrom / Indígena	Heterossexual	Casada	0	Pesquisadora
Silvia	Peruana	61	1ª vez: 1985 - 1991. 2ª vez: 2011 / 8 anos	Mestiza	Heterossexual	Divorciada	2	Coordenadora de uma ONG
Claudia	Venezuelana	47	2014 / 5 anos	Negra	Heterossexual	Viúva	1	Desempregada
Eliana	Venezuelana	28	2017 / 2 anos	Negra	Heterossexual	Casada	1	Agente comunitária de saúde
Lúcia	Boliviana	38	2007 / 12 anos	Marrom	Heterossexual	Casada	2	Designer
Ana	Chilena	41	2010 / 9 anos	Branca	Heterossexual	Casada	1	Web Designer
Márcia	Cubana	51	1995 / 24 anos	Negra	Heterossexual	Viúva	1	Cantora e musicista
Joana	Mexicana	36	2016 / 2 anos	Indígena	Heterossexual	Solteira	0	Pesquisadora / Bióloga
Carolina	Venezuelana	65	2018 / 9 meses	Mestiza	Heterossexual	Divorciada	3	Desempregada
Isabel	Colombiana	34	1ª vez: 2010 (ficou 6 meses). 2ª vez: 2012 / 7 anos	Branca / Mestiza	Bissexual	Solteira	1	Professora de dança
Pilar	Argentina	32	2018 / 1 ano e 5 meses	Branca	Bissexual	Solteira	0	Pesquisadora
Júlia	Hondurenha	20	2019 / 6 meses	Branca	Heterossexual	Solteira	0	Estudante
Alice	Chilena	23	2019 / 6 meses	Branca	Bissexual	Solteira	0	Estudante
Olga	Peruana	39	2007 / 12 anos	Indígena	Bissexual	União Estável	1	Nutricionista
Cora	Haitiana	36	2014 / 5 anos	Negra	Heterossexual	Casada	2	Desempregada
Renata	Haitiana	23	2019 / 6 meses	Negra	Heterossexual	Solteira	0	Estudante

Fonte: elaborado pela autora.

Em cada uma das cidades, entrevistamos 10 mulheres migrantes, com quem vínhamos estabelecendo contato há meses. O mapeamento inicial das entrevistadas deu-se tanto por indicação de organizações que atuam nos locais, tanto por mediação de amigas e outras pessoas. Em alguns casos, as interlocutoras de pesquisa já eram conhecidas, principalmente por já possuímos inserção no campo e trabalharmos com a temática migratória há alguns anos. As entrevistas foram realizadas presencialmente, em locais e horários definidos pelas migrantes. Centros culturais, lanchonetes, praças, festas típicas e as casas das próprias mulheres foram espaços de encontro escolhidos por elas para as entrevistas. As conversas foram feitas em português, mas, em alguns casos, também em espanhol, de modo que fosse

mais confortável para as participantes da pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas – com anuência das participantes – e, posteriormente, transcritas e analisadas⁸.

Partindo de abordagens interpretativas (Yanow, 2014) e de epistemologias feministas (Harding, 1989;1995; Haraway, 1995) mobilizamos, para análise dos dados, uma análise qualitativa de conteúdo discursivo (Mendonça, 2009), em que identificamos as principais categorias e temas elencados pelas interlocutoras de pesquisa, quais sejam: 1) A socialização; 2) O trabalho e a dimensão econômica e 3) O acesso a direitos e a vivência da política. Com base nesses temas, desenvolvemos as análises, articulando-as com as contribuições do marco teórico utilizado ao longo da pesquisa.

Para a finalidade deste artigo, apresentaremos alguns relatos das mulheres entrevistadas, de modo a evidenciar, especificamente, dinâmicas em torno do cuidado, dos papéis de gênero e da vivência da maternidade. Inicialmente, traçaremos um breve panorama de contribuições teóricas da literatura feminista e das migrações, para, em seguida, apresentar relatos das interlocutoras de pesquisa, em articulação com as análises feitas.

TEORIA (POLÍTICA) FEMINISTA: ALGUMAS AGENDAS DE DEBATE

Antes de nos debruçarmos sobre a discussão acerca do cuidado, destacamos ser importante mencionar o debate sobre público e privado, que se relaciona com o tema e pode ser mobilizado, também, para pensar alguns aspectos relacionados à migração de mulheres. Na literatura feminista, diversas são as perspectivas sobre o assunto (Sarmiento, 2017), que vão desde o entendimento sobre público e privado enquanto esferas separadas, até a visão desses campos como fortemente imbricados. Para Carole Pateman (1988), por exemplo, a exclusão das mulheres na sociedade civil – e, conseqüentemente, dos espaços políticos, é parte de estruturas de subordinação que as invisibilizam e que não foram devidamente abordadas por filósofos e teóricos políticos clássicos.

Nesse sentido, é importante tensionar as relações entre esfera pública e privada, já que a construção desta última é marcada por relações hierárquicas e excludentes para diversos públicos, como para as mulheres migrantes. Pateman (1988) aponta que a história do contrato social pode ser entendida

8 Nesse processo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, também foi apresentado e assinado por todas as entrevistadas. Número do CAAE: 12529019.1.0000.5149.

como um retrato da constituição da esfera pública e da liberdade civil. A esfera privada, contudo, é vista como politicamente irrelevante, o que faz com que dinâmicas ocorridas no ambiente doméstico, por exemplo, não sejam levadas em consideração. Em sua avaliação, essas dimensões são mutuamente separáveis e inseparáveis, já que “o domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada” (Pateman, 1988, p. 19).

A visão dicotômica entre essas esferas, nesse sentido, impede que aspectos como a natureza política da família e das relações construídas em domicílio sejam ignoradas, o que pode ocultar relações de poder e quadros de violência que ocorrem nesses espaços, por exemplo. Para Susan Okin (2008[1998]), o público e o privado são constantemente tratados como esferas separadas na teoria, principalmente em perspectivas liberais. Nesse sentido, “é a oposição entre gênero e o público que torna possível que os teóricos ignorem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero” (Gomes, 2017, p. 38). Como defendem Okin e Nussbaum (*apud* Gomes, 2017, p. 38), uma sociedade justa deve incluir as mulheres, teorizar as desigualdades – sobretudo as de gênero – e considerar a família como elemento importante para se pensar as estruturas e dinâmicas da sociedade, principalmente se levarmos em conta fatores como a divisão sexual do trabalho, os papéis de gênero e os espaços sociais que mulheres e homens ocupam diferencialmente.

Para outras correntes dentro da teoria política feminista, a leitura sobre as esferas pública e privada é diferente, como é o caso das abordagens maternalistas. Para autoras que se centram na discussão sobre a “ética do cuidado”, por exemplo (Gilligan, 1982), o ambiente privado é o *locus* onde as mulheres desenvolvem sua moralidade e ética. As tarefas domésticas e do cuidado, nesse sentido, não seriam um problema, desde que as mulheres não sejam privadas da ocupação de outros espaços (Sarmiento, 2017).

Como mencionado, em abordagens (neo)clássicas das teorias migratórias, as mulheres migrantes não eram vistas como sujeitos autônomos nos processos migratórios, sendo associadas unicamente ao ambiente privado e às decisões vinculadas ao ciclo familiar. A compreensão era a de que os homens se deslocavam por questões econômicas, como a busca por melhores condições laborais, e as mulheres, em contrapartida, migravam para acompanhar a família ou o esposo. O homem, nesse sentido, era associado ao público e a mulher ao âmbito privado. Sobre essas percepções, Gláucia Assis (2004) argumenta que o projeto migratório de mulheres é complexo e pode envolver outras questões, até mesmo a necessidade de romper com padrões de discriminação existentes no país de origem.

Podem ser citados como fatores não-econômicos: a transgressão dos limites sexuais impostos pela sociedade, os problemas conjugais e a violência física, a impossibilidade de divórcio, os casamentos infelizes e desfeitos, a discriminação contra grupos

femininos específicos e a ausência de oportunidades para as mulheres. (Assis, 2004, p. 50).

Além disso, se as razões econômicas foram tradicionalmente vinculadas unicamente aos deslocamentos masculinos, é importante mencionar que essa também é uma motivação presente na migração de muitas mulheres. Inseridas em diversos setores econômicos, que vão desde os trabalhos de cuidado remunerado à atuação no comércio e em outras áreas, elas se deslocam por inúmeras razões e em diferentes contextos – não só aqueles vinculados ao ciclo familiar – e ocupam-se de cargos nos mais variados espaços, desenvolvendo distintas trajetórias.

Desse modo, tematizar os deslocamentos e o modo como as pessoas desenvolvem, de maneiras diversas, seus projetos migratórios, demanda o entendimento de que as esferas pública e privada são recorrentemente imbricadas, e que os processos vivenciados nesses espaços são complexos. Desigualdades, violências e formas de desrespeito permeiam, muitas vezes, as trajetórias das pessoas que migram. Essas situações ocorrem em espaços públicos e em experiências sociais diversas, mas principalmente em dinâmicas cotidianas e nas relações intrafamiliares desenvolvidas por pessoas migrantes.

Mais ainda, posições de raça, classe, nacionalidade e etnia atravessam o modo como a vida familiar e as tarefas domésticas e de cuidado são entendidas (Biroli e Miguel, 2015). Para teóricas do feminismo negro, por exemplo, é problemática a associação estrita entre o espaço privado e a dominação, tendo em vista que para muitas mulheres – e, principalmente as negras e racializadas – o ambiente público é marcado por opressões e discriminações, sendo a família e o ambiente doméstico um lugar de proteção e refúgio. Mencionando o contexto das mulheres afroamericanas, Patricia Hill Collins (2019) pontua que até mesmo as concepções tradicionais de família são problemáticas para se pensar as experiências de mulheres negras, tendo em vista que “a divisão presumida entra a esfera ‘pública’ do emprego remunerado e a esfera ‘privada’ das responsabilidades familiares não remuneradas nunca se aplicou a elas” (Collins, 2019, p. 103). Para bell hooks (2000), a visão dicotômica entre esses domínios reflete, nessa toada, o viés de classe do movimento feminista.

A associação do gênero às esferas pública ou privada, nesse sentido, demonstra como a tematização sobre essa questão é marcada por tensionamentos e disputas de poder. Neste trabalho, trazer esse debate é interessante para observar como o desenho da fronteira entre esses dois domínios revela implicações diferenciadas para homens e mulheres, e como expectativas e papéis desvantajosos para as mulheres migrantes são construídos, até mesmo no decurso de seus projetos migratórios. Segundo Lawson (1998), vários estudos têm mostrado como a migração de mulheres na América Latina é moldada por divisões, baseadas em gênero, do trabalho

produtivo e reprodutivo. Na avaliação da autora, contudo, pesquisadores em migração dão pouca atenção aos modos pelos quais essas desigualdades moldam os deslocamentos e o acesso a oportunidades laborais no país de destino. Isso reforça a necessidade de mobilização das teorias feministas, já que por meio deste arcabouço teórico é possível refletir sobre o papel das dinâmicas intrafamiliares no processo migratório.

O debate em torno dos domínios público e privado se relaciona, também, à discussão em torno das dinâmicas do cuidado e do caráter assimétrico por meio do qual algumas tarefas são delegadas a mulheres e a homens. Mais ainda, fatores como classe, raça, etnia e nacionalidade podem incidir tanto no acesso das mulheres aos mais diversos espaços, quanto no estabelecimento de papéis sociais e responsabilidades entendidas como “femininas”. No contexto das migrações de mulheres, há uma associação histórica entre elas e seu papel no cuidado e em ocupações voltadas para esse campo. Como aponta Delia Dutra (2013), fenômenos como a divisão sexual do trabalho podem ser mobilizados para olhar para o cenário das migrações, já que é possível observar uma inserção distinta entre mulheres e homens migrantes no mercado laboral, mas também na dedicação às tarefas domésticas no país de destino. Há uma construção social, nesse sentido, que vincula as mulheres a cargos vistos como “femininos”, como os voltados para o cuidado, além de uma associação delas às tarefas executadas no âmbito doméstico e familiar, sejam elas remuneradas ou não. Para as migrantes, segundo Dutra, a ocupação desses cargos assume, contudo, um caráter dicotômico:

Com base nisso, pode-se inferir que a divisão internacional e sexual do trabalho oferece-lhes tanto uma ‘saída’ ao abrir-lhes, por exemplo, as portas daquilo que Nash denomina de ‘mercantilização das tarefas domésticas e de cuidado’, como também uma ‘encruzilhada’ ao fechar de uma forma, quase hermética, as portas das instituições de formação-educação, fazendo com que as chances de mobilidade social sejam quase inexistentes para aquelas ‘recém-chegadas’. (Dutra, 2013, p. 192).

Para além desses aspectos, Dutra (2013) explica que outros fatores incidem no modo como as mulheres se inserem (ou não) em espaços como o mercado de trabalho. Para a autora, a documentação, qualificação, barreiras relacionadas à classe, raça, nacionalidade e/ou etnia podem reforçar quadros de vulnerabilidade e precarização, além de fortalecerem situações de discriminação e estigmatização. Neste trabalho, essas questões se mostraram fortemente presentes nos relatos das mulheres migrantes, como veremos a seguir.

Em relação às ocupações laborais comuns às mulheres migrantes e aos cenários de precarização vivenciados por muitas delas, Helena Hirata (2016b) destaca a expansão das atividades relacionadas ao cuidado (*care*) nas últimas décadas, pontuando a relação entre essas dinâmicas internacionais do

trabalho e os movimentos migratórios, principalmente os de mulheres – e sobretudo das racializadas. Segundo a autora, há um aumento da ocupação de trabalhos relacionados ao cuidado, serviços que são, geralmente, precarizados e realizados por mulheres. No caso das migrantes que ocupam esses postos, é também raro o vínculo laboral por contratos que garantam direitos sociais, além do alto índice de informalidade, remunerações baixas e situações de exploração, principalmente entre aquelas que se encontram em situação irregular.

No Brasil, os trabalhos de cuidado remunerado são desempenhados, na maior parte das vezes, por migrantes internas, mulheres brasileiras que se deslocam das regiões Norte e Nordeste do país, principalmente, para atuar como cuidadoras em cidades do Sudeste, como destaca Hirata (2016). Essas trabalhadoras são, em sua maioria, mulheres negras e de origens periféricas que, assim como no caso das migrantes internacionais que ocupam esses postos, vivenciam desigualdades decorrentes de diferenças raciais e étnicas, principalmente quadros de racismo e discriminação salarial. Nesta pesquisa, apesar de o pano de fundo para a análise ser o Brasil, focamos nas dinâmicas do cuidado (principalmente não remunerado) exercidas por migrantes internacionais, entendendo que há pontos que se entrecruzam nas trajetórias de diferentes mulheres e, assim como destaca Hirata (2016), não só o gênero, mas a posicionalidade de raça e classe permitem identificar quem exerce o cuidado e de que forma.

A desvalorização e a precarização dos trabalhos de cuidado também são marcadas pela essencialização desses serviços como inerentes à mulher, vistas como “naturalmente” mais aptas a exercer essas tarefas e a se ocuparem de trabalhos ligados ao âmbito doméstico e privado, como anteriormente mencionado (Hirata, 2016b). Ao olhar para as migrantes que são trabalhadoras domésticas no país de destino, Teresa Lisboa (2006) aponta que muitas não são reconhecidas como cidadãs, exercendo funções em cenários marcados pela exploração. Em outros casos, muitas mulheres não conseguem obter a documentação necessária para a entrada no país ou para a realização de trabalhos formalmente, o que reforça quadros de precarização e ausência de direitos. Para a autora, esses cenários evidenciam questões relacionadas ao (não) reconhecimento dessas mulheres enquanto sujeitas políticas e à necessidade de questionamento do papel dos Estados na garantia do acesso a direitos.

Em termos da discussão sobre o cuidado e o modo como essa dinâmica afeta e permeia a vida das pessoas, como das mulheres migrantes, algumas teóricas feministas apontam para a necessidade de pensar esse debate inserido em reivindicações por justiça. Em *“Caring for Justice”* (1997), por exemplo, Robin West pensa a interdependência entre a ética do cuidado e a ética da justiça, defendendo que as relações no âmbito privado e doméstico também precisam ser justas – e levadas em conta teoricamente – bem como é importante que a justiça seja cuidadosa, na medida em que as decisões públicas devem, também, ser permeadas por discussões sobre o cuidado.

Nesse sentido, é necessário trazer à baila as dimensões do cuidado, olhando para as especificidades das demandas dos sujeitos e para os contextos nos quais as reivindicações por justiça estão sendo colocadas. Desse modo, qualquer relação, para West (1997), seja ela social, política ou familiar, deve ter como “premissa” essas duas condições: a justiça e o cuidado, tendo em vista a interrelação entre esses elementos e a necessidade que as injustiças sejam evitadas e combatidas, de modo não só cuidadoso, mas solidário e atento às particularidades das pessoas na vida social.

A discussão sobre o cuidado se relaciona não só ao cenário laboral, mas às dinâmicas familiares, ao exercício da maternidade, e ao modo como relações de poder atravessam esses contextos. Em ambientes marcados por processos migratórios, outros desafios e questões surgem à tona, tendo em vista que o deslocamento de mulheres provoca rearranjos familiares e de gênero, articulando redes de migração e experiências diversas a depender de elementos como raça, classe, etnia e nacionalidade, por exemplo (Assis, 2007). Segundo Lisboa (2007), a literatura no campo das migrações tem abordado o fenômeno da *maternidade ou maternagem transnacional* (Hondagneu-Sotello e Avila, 1997), processo por meio do qual as mulheres migram de forma autônoma e sem a companhia dos filhos, que ficam com familiares no país de origem.

Geralmente envolvidas nas cadeias globais de cuidado (Hochschild, 2004), essas mulheres se ocupam de serviços para outras famílias, enquanto esse trabalho, no local de origem, é delegado para outras mulheres – em sua maioria, parentes– ou para mulheres mais pobres. Nesse ciclo, muitas migrantes ainda têm que enviar remessas à família, o que pode alterar hierarquias de gênero e configurações familiares. Além disso, o envio de recursos financeiros podem fomentar a manutenção e criação de redes transnacionais de migrantes (Cogo, 2017) e de famílias transnacionais, que mantêm vínculos diferentemente localizados por meio de redes sociais diversas.

Nadiscussãosobrematernidadetransnacional, háaindaquestõesimportantes relacionadas a rupturas com normas morais e de gênero. Dinâmicas internacionais de transferência de cuidado podem gerar novos circuitos que envolvem não só o suporte financeiro, mas também afetivo, tendo em vista que, mesmo com a distância geográfica, mães migrantes que vivem longe de filhos não necessariamente abandonam as responsabilidades no cuidado (Carpenedo e Nardi, 2017). São comuns, nesse sentido, sentimentos de vergonha e desesperança, além de uma culpabilização pelo deslocamento, baseada em construções sociais e normas morais que definem quais são os papéis maternos e o que seria uma “boa mãe”. Sob essa percepção, a migração sem os filhos, por exemplo, representaria um rompimento com expectativas morais e sociais sobre a maternidade ideal.

Essa culpa pelo rompimento de normas sociais sobre a maternidade é também presente nos relatos de mães que migram e têm seus filhos no país de destino, na maioria das vezes longe de redes familiares e de apoio, como veremos na próxima seção deste trabalho. O sentimento de solidão e desamparo é acompanhado pela responsabilização –quase sempre única ou desigual– pelas demandas de tempo, energia e recursos financeiros e emocionais decorrentes das tarefas de cuidado. Há, ainda, pressões sociais que se inserem nesses circuitos, tanto por parte de atores no país de origem, quanto nos locais de destino. Isso ocorre tanto por meio do julgamento dessas mães por criarem os filhos distantes da família, quanto pela expectativa de uma migração “bem-sucedida” (em termos do envio de remessas, por exemplo), e pela dificuldade que algumas mulheres enfrentam para desempenhar outros trabalhos para além daqueles voltados ao cuidado não remunerado. Nesses casos, mesmo que a mulher esteja fisicamente com seus filhos no país de destino, e que a maternidade não seja exercida de modo explicitamente transnacional, as expectativas e papéis sociais e de gênero aparecem de modo desterritorializado, evocando esses processos de responsabilização e culpa, ora pela maternidade “não ideal”, ora pelo deslocamento.

Nos estudos feministas, a temática da maternidade vem sendo abordada sob diversos prismas, desde a corrente maternalista (Ruddick, 1995; Gilligan, 1982; Chodorow, 1999) - que tende a naturalizar o exercício da maternidade para as mulheres - até perspectivas que enxergam essa experiência como controle e impedimento à autonomia e participação das mulheres no mercado de trabalho (Friedan, 1963; Beauvoir, 1949). O debate sobre o tema é dotado de complexidade, mas ponto importante é compreender que, como nos mostra Gonzalez (2020 [1983]) e Crenshaw (1989), as experiências das mulheres são distintas, portanto fatores como raça, classe, sexualidade, nacionalidade e etnia devem ser levados em consideração. Sobre isso, bell hooks (1984) expõe que os primeiros posicionamentos de crítica feminista à maternidade afastaram várias mulheres do movimento, principalmente aquelas pobres e não brancas, que entendem o “maternar” como uma experiência muito relevante para o estabelecimento de relacionamentos interpessoais.

A maternidade, nesse sentido, como observaremos nos relatos das interlocutoras desta pesquisa, pode significar amor, afeto e solidariedade, mas também pode envolver culpa, estigmatizações e desigualdades. Na avaliação de hooks (1984), ativistas feministas devem compreender que a maternidade é um trabalho valioso e significativo para a sociedade, mas sua romantização é um problema, assim como sua desvalorização. É importante, portanto, olhar para essa atividade dentro do contexto feminista em que há uma busca para repensar a natureza da maternidade, enxergando-a “nem como uma experiência obrigatória para as mulheres, nem uma experiência exploradora ou opressiva, para tornar a parentalidade feminina eficaz, seja ela feita exclusivamente por mulheres ou em conjunto com homens” (hooks, 1984, p. 136).

CUIDADO, AFETO E RESPONSABILIZAÇÃO

Levando esses aspectos em consideração, nos dedicaremos a apresentar alguns apontamentos concernentes ao tema, que foram obtidos com base nos relatos das mulheres migrantes entrevistadas. Como exposto anteriormente, para o trabalho de campo desta pesquisa, realizamos 20 entrevistas em profundidade com mulheres residentes no Brasil e nascidas em diferentes países da América Latina. Neste artigo, nos debruçaremos, principalmente, sobre as questões relacionadas ao cuidado e a maternidade, aspectos que foram trazidos pelas interlocutoras de pesquisa e que nos permitem traçar algumas reflexões à luz das teorias feministas. Optamos por inserir várias citações etnográficas das entrevistas, para ser mais justas e fiéis às experiências narradas pelas mulheres ouvidas durante o campo.

Os vínculos afetivos foram marcadamente evidenciados nas trajetórias das migrantes entrevistadas. Seus projetos migratórios e processos de socialização no país de destino são marcados por tensionamentos constantes entre “estar aqui, mas querer estar lá”, principalmente em momentos de luto ou naqueles que envolvem outros rituais. Em muitos momentos, os discursos das interlocutoras de pesquisa evidenciaram um sentimento de culpa pela distância, além de uma responsabilização pelo cuidado com a família, tanto a presente no país de destino, quanto aquela que está no local de origem.

Nós dois [ela e o esposo] pensamos em viver em Santa Cruz. E eu tenho uma irmã que vive aí, então é melhor. E pelo menos estou perto da minha família⁹... Daqui não, quantos dias tenho que viajar?! É muy lejos...no puedo ver a mis papás¹⁰. E em Santa Cruz pelo menos um fim de semana eu vou e chego, vou visitar a mis papás. Só porque... como te falo, a minha mãe assim, nos cuidou. Meu pai sempre estava ausente. Mas agora que ela e meu pai estão maiorcitos também seria muito injusto eu deixar eles assim. Então pelo menos por um ano eu penso em ficar com eles. Para viver eu estou pensando em Santa Cruz (Daniela¹¹, boliviana, 37 anos, 2019).

A morte dos meus pais foi algo fora do planejado [em relação ao seu projeto migratório], né... Eu queria ter estado lá, apesar que não teria feito a diferença, mas eu estaria lá mais perto deles, mas não deu. Na morte do meu pai não consegui ir, vai fazer 10 anos que ele faleceu. E da minha mãe, consegui ir ano

9 São nossos todos os grifos feitos nas citações etnográficas presentes neste trabalho.

10 As entrevistas foram realizadas em português, mas em alguns casos, as mulheres também usavam o espanhol durante a conversa. As transcrições foram fiéis às respostas dadas, por isso optamos por não traduzir os trechos em espanhol, mantendo o relato como foi feito.

11 Os nomes das entrevistadas são todos fictícios, de modo a preservar a sua identidade.

passado, ela faleceu ano passado... ela passou mal e eles me ligaram do hospital, me avisaram, mas quando cheguei lá ela já tinha falecido. O que tenho sentido é isso: tem hora que pesa a questão da família, dos laços... minha família é superunida e tal... então eu sinto muito, dá uma dor sempre por isso. Eu tenho muitos irmãos. Mas não tem como, né, a vida foi acontecendo desse jeito... não tem como eu falar que eu vou embora para ficar com meus irmãos. Eu construí um lar, construí a minha família e tenho que ficar ao lado da família que construí. Então é complicado, né... (Carla, colombiana, 46 anos, 2019).

Os trechos acima expõem essa responsabilização. Carla, ao falar sobre o processo de luto vivenciado com a morte dos pais, admite “não ter como falar” que voltaria para a Colômbia para ficar com os irmãos. Isso porque, na sua justificativa, ela construiu uma família no Brasil (após ter migrado com o esposo e ter tido um filho em São Paulo), o que significaria que ela deve permanecer no país com eles. Essa decisão, contudo, não é livre de tensões, tendo em vista que ela a enxerga como um dever e chega a afirmar que sente “dor” por não poder vivenciar momentos importantes com familiares que estão no país de origem. Há, nesse sentido, um sentimento dicotômico sobre o provimento de cuidados à família residente no país de origem, e o exercício dessas tarefas para a família construída no país de destino.

A responsabilidade pelo cuidado com familiares no país de origem, mesmo estando fisicamente distante, também é mencionada, ainda que de forma indireta, por Daniela. Ela ressalta a dedicação de sua mãe com os filhos, e em outros momentos da entrevista menciona a ausência do pai nas tarefas de cuidado, ressaltando o impacto desse cenário para sua vida. Ainda assim, mobiliza a ideia de justiça para dizer que “seria muito injusto” deixar os pais (ou seja, continuar vivendo no Brasil) já que estão mais velhos e demandariam sua atenção.

Esses relatos nos ensejam algumas reflexões, principalmente em termos de como o “cuidar” permeia os projetos migratórios das mulheres, seja nas experiências de luto ou no auxílio com familiares que estão envelhecendo. Nestes últimos casos, é marcante como o cuidado para as mulheres opera de modo transnacional, por meio de processos que envolvem a preocupação, culpa, envolvimento e responsabilização pelo provimento de cuidados aos pais e familiares idosos que estão no país de origem. Apesar da distância – ou também por *causa* dela – muitas mulheres migrantes mantêm vínculos transnacionais de cuidado com os pais mais velhos, principalmente em casos de enfermidade. Se na maternidade transnacional as responsabilidades pelo cuidado de mãe para filho permanecem mesmo com a distância física, em outros cenários essas atribuições passam a ser das filhas para com os pais. E nos casos em que há dificuldade ou impossibilidade de exercer essas tarefas de modo mais assíduo, são comuns os sentimentos de culpa por não prover cuidado aos familiares idosos.

Nessas e em outras narrativas, há a ideia de que à mulher cabe essa responsabilidade, principalmente nos casos, como o de Daniela, que reconhece a dedicação da mãe nessas tarefas ao longo da vida e sente que é justo retribuí-la e estar presente durante um tempo com os pais. Sobre as responsabilidades pelo cuidado, Flavia Biroli (2018) defende que elas sejam consideradas problemas políticos. Apesar de envolverem dimensões afetivas, essas atividades organizam-se em ambientes institucionais e econômicos específicos, envolvendo questões como a divisão sexual do trabalho, que atua nos arranjos sociais. As ações, desse modo, são desempenhadas de acordo com o gênero: “mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras; cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional.” (Biroli, 2018, p. 56).

A relação entre os cuidados e a ocupação laboral de mulheres migrantes aponta para outros aspectos importantes, como defende Mallimaci (2018). Para a autora, essa associação inata entre as mulheres e o desempenho de atividades de cuidado é permeada, ainda, por uma ideia de que às migrantes cabem os trabalhos vistos como “não qualificados” e, conseqüentemente, com menor valorização e menores salários. Isso ocorre principalmente com aquelas pertencentes a determinados grupos étnicos e raciais, vindas de determinadas origens nacionais e em condições migratórias específicas, como as que se encontram em situação irregular. Esses fatores contribuem, ainda, para a ideia de que há sujeitos(as) mais “aptos(as)” a exercerem os cuidados e outras pessoas mais “legitimadas” para recebe-los (Mallimaci, 2018).

A responsabilização pelo cuidado, portanto, não advém de uma “essência feminina”, mas de processos e elementos contextuais que estão relacionados a papéis sociais outorgados de forma desigual para homens e mulheres. Essas questões – e o modo como as mulheres migrantes lidam com o tema e com o paradoxo de estar longe de casa – aparecem em outros relatos, como o de Beatriz, abaixo:

Minha mãe faleceu em 2012. Eu estava aqui e não consegui ir. Eu estava na casa da minha amiga, estávamos indo trabalhar. Ai recebi a ligação de meu irmão: "Beatriz, mamãe quer falar com você". Ela estava nos últimos minutos de vida. Eu quase me joguei pela janela. (...) Aí para eu ir para lá, precisava de 2 mil reais só para ir de avião. Eu estava trabalhando com aquela outra patroa ainda. Pedi para ela me ajudar e ela falou que não tinha... e ela ganhava 10 mil reais por mês no banco, viu? Eu perguntei se ela podia me ajudar com a passagem de ida, porque na volta os meus irmãos me ajudavam a juntar dinheiro para vir, mas ela disse que não dava. Eu falei que ela podia descontar do meu salário, ir tirando pouco a pouco, mas nem assim. Fiquei triste, chorei, entrei em depressão... fiquei um tempão com depressão, tive que tomar remédios, fui no médico. 18 dias depois meu pai

faleceu. Meu pai morreu de tristeza da minha mãe, ele estava bem (Beatriz, boliviana, 58 anos, 2019).

Nesse relato, o tema do luto aparece evidenciado, mais uma vez, assim como questões relacionadas ao emprego de Beatriz, que trabalhava como empregada doméstica no Brasil. Exercendo atividades remuneradas de cuidado para outra família, ela relata ter entrado em um processo depressivo após a morte dos pais, tanto pela recusa de ajuda financeira da patroa, quanto pela privação da possibilidade de estar com sua família nesse momento, mesmo após a tentativa de negociação em seu trabalho. A narrativa evidencia uma situação de injustiça, advinda da frustração por uma expectativa normativa rompida. Beatriz foi privada de seu direito de ir e vir e, conseqüentemente, de vivenciar o momento de luto ao lado de seus familiares, por questões de ordem econômica – o alto custo da viagem – e pelo impedimento de se ausentar do trabalho.

Os relatos em torno da impossibilidade de participar de ritos e momentos importantes no país de origem também foram expostos por outras entrevistadas. Em muitos casos, a questão econômica é bastante reforçada, o que demonstra como classe – em articulação com outros marcadores como gênero, raça e nacionalidade – é um elemento importante para os processos migratórios das mulheres e como permeia não só suas possibilidades de inserção laboral, mas a própria vivência de momentos em família.

Para muitas interlocutoras de pesquisa, a permanência no país de destino está vinculada, ainda, às trajetórias dos filhos, como é o caso de Cora, no relato abaixo.

Para o meu filho que tem deficiência eu estou satisfeita, para mim não. Para ele, aqui é o país dele. Pelo jeito que ele vive aqui, aqui é país dele. Mas para mim, não. Você é mulher, não trabalha, não tem o seu dinheiro... se eu pensar só em mim não vale a pena, não. Meu pai morreu lá no Haiti e eu nem fui. Tem um ano que ele morreu e eu nem fui. Eu tenho um irmão que morreu em abril deste ano também e eu nem fui. Tenho muita saudade da minha terra. E agora que eu não tenho o marido aqui, eu não tenho ninguém para conversar, eu não tenho amigos, eu vivo uma vida muito solitária. Muito (Cora, haitiana, 36 anos, 2019).

Cora é mãe de uma pessoa com deficiência e migrou para o Brasil em busca de melhores tratamentos de saúde para o filho, principalmente pela existência de um Sistema Único de Saúde (SUS) gratuito e de qualidade no país. Apesar de expressar insatisfação e manifestar desejo de voltar para o Haiti, ela expõe como a trajetória do filho – e os cuidados que ele demanda – influenciam fortemente sua permanência, destacando o sentimento de pertencimento *dele* ao Brasil. Em contraposição a isso, é o país de origem que ela nomeia

como “minha terra” ao falar da saudade que sente. Assim como no relato anterior, Cora evidencia como a impossibilidade de estar com a família em momentos de luto também a afeta. Mais ainda, expõe como aspectos como o fato de ser mulher, não ter emprego e sentir-se sozinha, distante de uma rede de apoio, influenciam sua percepção sobre a vida no Brasil.

Cora menciona, ainda, o fato de estar desempregada e “não ter o *seu dinheiro*”, expondo, assim como outras entrevistadas, como aspectos socioeconômicos estão fortemente imbricados nos projetos migratórios dessas mulheres. Além da questão de classe, o racismo foi apontado por diversas interlocutoras de pesquisa, que narraram como o acesso a serviços públicos e a permanência em empregos eram dificultados pelo fato de elas serem mulheres, migrantes, negras e de determinadas origens nacionais. Tratamentos discriminatórios, situações de desrespeito e quadros de estigmatização permearam diversas experiências da vida social das interlocutoras de pesquisa, ainda de que de maneiras distintas entre elas.

Mas é um problema quando uma pessoa fala mal do seu país. É difícil. Às vezes o policial pode pensar outra coisa de você... e aqui também tem isso de que quando você vai num escritório e eles valorizam mais as pessoas brancas que as pessoas negras. (...) Às vezes eu tenho medo de sair na noite. Você é imigrante, é negra... nossa. É difícil. Se alguma coisa que acontecer nessa noite, tipo você pode falar, mas pode ser que as pessoas não vão querer te escutar. Tenho medo de não me ouvirem (Renata, haitiana, 23, BH, 2019).

Eu fui no hospital, eu tive coragem de ir. Porque para a gente, filho é filho, né. Aí eu fui e o médico falou assim para mim: "você não vai fazer nada comigo, você está no meu país. Você é boliviana, eu sou brasileiro. E eu nem sei se você tem documento. Você não vai fazer nada comigo. As leis me amparam" (Magda, boliviana, 50, SP, 2019).

Os relatos acima expõem como processos de racialização operam de modo distinto e complexo entre as mulheres migrantes. No primeiro relato, Renata expõe como a discriminação e a violência se dão em diversos âmbitos, desde a percepção negativa de outras pessoas sobre seu país de origem, até o acesso a vagas de emprego, o medo da violência nas ruas e a preocupação por não ter suas demandas consideradas, principalmente por ser uma imigrante negra. No caso de Magda, é principalmente sua origem nacional e o questionamento sobre sua situação documental que são mobilizados para ameaçá-la e silenciá-la, de forma discriminatória e estigmatizante, no momento em que ela reivindicava o direito de que seu filho fosse atendido de maneira digna em um hospital.

A articulação entre marcadores da diferença e a trama de opressões, que comumente envolvem elementos relacionados à raça, classe, gênero e

origem, como nesses casos, veio a ser entendida como *interseccionalidade* no escopo das teorias e práticas feministas. O termo, que adquiriu centralidade em diversos debates e análises nas últimas décadas, foi cunhado pela jurista afroamericana Kimberlé Crenshaw (1989), mas as ideias em torno desse entrelaçamento de opressões já eram tematizadas por outras autoras e ativistas negras, como Lélia Gonzalez, ainda na década de 1970.

No campo das migrações, contudo, os estudos pioneiros sobre mulheres migrantes apresentavam as experiências femininas desde uma perspectiva única e reducionista (Assis, 2004). As análises ignoravam como outras posicionalidades e marcadores influenciam a vida e os próprios projetos migratórios dessas mulheres, tendo em vista que elas eram comumente retratadas de forma genérica, na figura de uma mulher branca e pertencente à classe média. A perspectiva interseccional, nesse sentido, surge no campo das migrações posteriormente, como um deslocamento dessas visões essencialistas e a partir de críticas ao uso desarticulado de categorias importantes como classe, raça, gênero e nacionalidade (Cogo, 2017).

No Brasil, o racismo, a ideologia da branquitude e o mito da democracia racial (a ideia de que as relações raciais no Brasil são pacíficas, democráticas e isentas de opressão), contribuem para a manutenção do que Gonzalez aponta como uma “neurose cultural brasileira” (2020, p. 76) caracterizada pelo racismo e sua articulação com o sexismo. Como observado, as mulheres migrantes que aqui residem evidentemente não estão isentas de vivenciar esses processos, que atravessam não só suas dinâmicas cotidianas, como o modo como se percebem enquanto mães, como veremos a seguir.

A MATERNIDADE MIGRANTE

Sentimentos de solidão e relatos sobre sofrimento são presentes nos relatos das mulheres migrantes entrevistadas. Nesse sentido, se são frequentes os comentários sobre a solidão gerada pela distância da família em vivências como o luto, esse sentimento atravessou, com ainda mais força, os relatos que abordavam a vivência da maternidade.

Então, aí engravidei, isso foi em 2000. E quando aconteceu, eu falei para o meu marido que ia embora, porque imagina?! *Imagina ter meu filho aqui, sem minha mãe, sem ninguém, sozinha... Não, falei com ele para irmos embora...* Mas tudo bem, decidimos ter o filho aqui. Eu ligava para minha mãe, pedia ajuda para ela por telefone, ligava chorando. No terceiro dia depois que ele nasceu, quando o médico falou para levar ele para casa, eu pensei: “meu Deus, o que eu faço agora?” Nós dois sozinhos com um bebê... Porque eu estava sozinha, é muito ruim estar sozinha. Você precisa muito do apoio de uma mãe, ou de uma sogra,

de uma mulher que te fale e ajude no que fazer. E como eu te falei, a gente não tinha muitos amigos, eu não via essas pessoas oferecerem ajuda, perguntarem o que a gente precisava... (Carla, colombiana, 46 anos, 2019).

E o pior, o problema é que quando você está com a família, você se sente acolhida. Agora se você está numa casa estranha, onde... lógico que você conhece seu chefe, mas... mas não tem aquele carinho de família, que sua mãe você pode contar. Então para mim foi difícil demais, mas mesmo assim eu enfrentei. Porque quando eu fiquei grávida e fui para a Bolívia, eu podia ter ficado lá. Mas também não fiquei. Hoje em dia eu me arrependo... Eu podia ter ficado lá. Porque quando eu tive meus filhos, eu me senti muito sozinha aqui. Eu sei que até agora meus filhos não tem esse carinho de vó, dos tios... porque não tenho parentes aqui (Daniela, boliviana, 37 anos, 2019).

Do modo como é conceituada e como já exposta, a categoria “maternidade transnacional” não se encaixa nas experiências de muitas interlocutoras desta pesquisa. Várias delas residem com seus filhos e filhas no Brasil, vivenciando outras dinâmicas de cuidado, que não implicam, necessariamente, a manutenção de vínculos transnacionais com os filhos, já que esses vivem no mesmo país que elas. Como aponta Hirata (2016), as redes familiares, de vizinhança e de afeto são centrais na provisão do cuidado, sendo a família, em muitos contextos, o cerne predominante dessas tarefas. Nesses casos, é principalmente a distância física dessas redes sociais que marca a trajetória de muitas mulheres migrantes.

Nos dois relatos acima, é exposto esse desafio do “maternar” distante da rede de confiança. Como aponta Natália Ramos (2010), a migração pode representar rupturas em processos de construção de sentido e partilha, em razão da falta de suporte familiar, social e cultural, bem como pela perda de laços comunitários. As interlocutoras de pesquisa, nos excertos acima, destacam a ausência de vínculos afetivos no país de destino e expõem as dificuldades enfrentadas em termos de cuidado, como no caso de Carla.

São mencionadas, ainda, diferenças no tangente às relações estabelecidas nos dois locais e a falta da presença da mãe, como diz Daniela: “não tem aquele carinho de família, que sua mãe você pode contar”. No caso dela, houve ainda uma situação diferente. Ao migrar para o Brasil, Daniela morou por um tempo na mesma casa em que trabalhava. Quando engravidou, ficou um tempo na Bolívia mas decidiu voltar, para permanecer no emprego em São Paulo. Ela destaca que enfrentou o desafio de ser mãe, mas conta, entretanto, que se sentiu arrependida pelo retorno ao Brasil, justamente por se sentir sozinha e se ver impossibilitada de construir laços afetivos mais fortes para ela e para os filhos. Isso afetou o modo como ela mesma enxerga sua maternidade.

A maioria das pessoas que eu conheço aqui que são imigrantes, elas têm família. Eu não tenho nenhuma família, minha família é minha filha. E para ela é muito necessário ter a referência de uma vó, de um avô, de uma prima, uma tia... ela já não tinha o pai presente. E isso mexe muito com a gente. E faz uma diferença muito grande. Parece bobagem, mas hoje, por exemplo, tive que ir na aula do técnico com ela, porque eu não tinha ninguém para ficar com ela. E o pai está aqui no Brasil, mas ele está passando mal, ele chegou e já está passando mal. (...) Isso eu acho que é o grande sacrifício que eu sinto como mulher imigrante. Eu acho que esse é o grande buraco que tenho como mulher migrante (Isabel, colombiana, 34 anos, 2019).

Sempre foi muito difícil, porque mãe solo tem o peso de ter que ser mãe e ter que ser "o pai". E se você não é o pai, carrega o peso de ter negado a seu filho o fato de ter um pai. (...) Então sempre foi um peso. Inclusive porque se meu filho acerta na vida, vai ser toda minha responsabilidade. (...) Sempre fomos eu e ele. Então por esse período que ficamos sozinhos, a responsabilidade de todas as atitudes que ele pode ter em muitas coisas, era minha e é minha. Então se ele acerta, é um logro meu. E se ele erra, também é minha culpa. Tudo é minha culpa (Olga, peruana, 39 anos, 2019).

Os relatos acima evidenciam outras questões importantes, como as vivências daquelas mulheres que são mãe solo. O tema do cuidado, aqui, volta à tona de forma central, já que há uma responsabilização única da mulher pelo cuidado com os filhos e um vínculo direto entre a criação dada e as atitudes deles, como nos diz Olga. A ideia socialmente construída é a de que cabe à mãe a responsabilidade pelas ações do filho, principalmente quando o cuidado não é compartilhado com outrem. Esse processo de simbiose não é rompido e isso pode gerar forte culpabilização dessa mulher: "se ele acerta, é um logro meu. E se ele erra, também é minha culpa".

Além disso, o desempenho das tarefas de cuidado de maneira solo e na ausência da família também impõe dificuldades para o desenvolvimento de ações cotidianas no espaço público, como ir ao curso técnico e não ter onde deixar a filha, como nos relata Isabel. São grandes os impactos gerados pela carga emocional e de tempo desprendido para o cuidado, como ela mesma diz: "eu não tenho nenhuma família, minha família é minha filha". A luta de Isabel e a de outras várias mulheres migrantes em situações semelhantes, nesse sentido, está relacionada não só ao estabelecimento de vínculos afetivos, mas à busca por estruturas institucionais que permitam que as mães desenvolvam outras atividades de maneira autônoma ou que possam contar com espaços que sejam mais inclusivos para elas e seus filhos e filhas.

Os projetos migratórios dessas mulheres, conseqüentemente, também são afetados por essas questões. Em muitos casos, a migração foi motivada pela possibilidade de realizar o acompanhamento da gravidez e o do parto de

forma gratuita, pela existência de um sistema de saúde público no Brasil, como já pontuado. Em outro, a interlocutora de pesquisa se encontrava em situação irregular no país, e a possibilidade de obter documentação e autorização de residência foi um fator considerado na decisão de que os filhos nascessem no Brasil.

Fiquei menos de um ano na Colômbia, aí eu voltei para o Brasil porque eu engravidei. E decidi voltar, porque no tempo que estava aqui eu assisti o parto da minha amiga e presenciei a diferença do atendimento médico que tem aqui. Quando eu engravidei e também pensando na situação política que a Colômbia estava passando e que ia passar nos próximos anos - de não acreditar na democracia que eles falavam - eu decidi vir para cá. (...) E foi um fortalecimento muito grande, porque eu tive uma reeducação do que é parir e o que é uma gestação. Isso me deu muito poder, muita companhia, porque eu estava sem o meu companheiro. E aí ela nasceu lá no Sofia, de jeito normal, natural, fiz tudo isso no SUS, durante esse tempo fui muito bem atendida, meu parto foi muito bem atendido. Mas eu tinha uma companheira do lado, que foi minha amiga que eu assisti o parto. E a gente teve essa experiência de ser doula uma da outra (Isabel, colombiana, 34 anos, 2019).

Aí vieram meus gêmeos. Quando eu estava grávida, saiu a anistia. A anistia para que estrangeiros pudessem tirar os documentos. Eu também engravidei por causa do documento. Porque se você tinha filhos, você podia tirar o documento (Magda, boliviana, 50 anos, 2019).

Os dois relatos expõem agenciamentos e estratégias desenvolvidas pelas mulheres para obter acesso à documentação e aos serviços de saúde. No caso de Isabel, sair da Colômbia era necessário, principalmente no contexto à época, para que ela tivesse atendimento médico adequado no Brasil. A rede de apoio envolvendo ONGs, hospital e amigas no país de destino também foi importante para a gestação, principalmente pela ausência do pai de sua filha no processo. O apoio e o atendimento humanizado foram, para ela, fatores levados em conta na decisão de migrar, além de terem sido aspectos que, na sua avaliação, lhe deram “muito poder, muita companhia”. O vínculo de cuidado mútuo estabelecido com a amiga que acompanhou seu parto também foi algo relevante e reforçado por Isabel.

Durante a pesquisa, conversamos com algumas mulheres cujos filhos são pessoas com deficiência. Os relatos, de modo geral, trazem ainda outros elementos relacionados às dinâmicas do cuidado. As mulheres mencionaram quadros de rejeição e discriminação por parte da família, além da impossibilidade de exercer atividades remuneradas fora de casa devido às grandes demandas de cuidado com os filhos. Como apontamos em outros momentos do texto, exercer essas atividades demanda tempo e energia de quem as realiza: na maioria das vezes, uma mulher. A posição de quem provê

cuidado e quem se beneficia dele, contudo, não é distribuída igualmente nem entre as mulheres, já que aquelas que são negras, pobres e de origem periférica comumente exercem esses e outros trabalhos precarizados, informais e socialmente desvalorizados, além de atividades domésticas não remuneradas (Biroli, 2018).

Nesse aspecto, Ana Inés Mallimaci (2018) destaca a heterogeneidade e desigualdade presentes nos espaços de atividades de cuidado, principalmente em termos da distribuição desigual entre trabalho remunerado e não remunerado. Em relação às migrantes, observamos também como operam os papéis de gênero, o peso do cuidar, o já mencionado sentimento de solidão e o desejo por permanecer no país de destino para prover melhores condições de tratamento médico aos filhos. No caso de Cora e Magda, mães de pessoas com deficiência, a responsabilidade pelo cuidado é restrita a elas, e episódios de discriminação, violência e preconceito contra os filhos são comuns.

Se você sair de um país que você nasceu lá, por causa do seu problema, os familiares, amigos, não aceitam ver você, você não é ser humano. A vó dele foi conhecer ele quando ele tinha 1 ano e 6 meses, porque "ele era doente". A gente esperou por dias no médico para ter qualquer atendimento e não tinha, lá no Haiti (Cora, haitiana, 36 anos, 2019).

A família do pai dele não quis aceitar ele... eles falavam "doente". Perguntavam como eu ia criar esse "doente", como ia andar com esse "doente", falavam "você tem que sumir com essa criança". Aí meu filho mais velho escutou um dia eles falando que iam sumir com o meu filho. Porque era uma vergonha ter um menino especial dentro de casa. Aí meu filho mais velho falou: "mãe, eu escutei isso, agora você decide o que fazer... se acontecer algo com meu irmão, você vai se sentir culpada". Ai eu decidi me separar. Levar meus filhos e ir embora. (...) E era assim: meu filho era só meu filho, ninguém podia tocar nele. Eu cuidava muito desse menino, muito. E a médica falava que eu não podia ser desse jeito, que eu tinha que deixar que meus gêmeos cuidassem dele também, aprendessem a cuidar. Mas eu não entendia isso... eu que não entendia. Porque ninguém gostava do meu filho, então para mim era que eu tinha obrigação de cuidar dele. Eu tinha obrigação de cuidar dele 24h. Porque eu que trouxe ao mundo meus meninos... eu tinha que ter essa responsabilidade (Magda, boliviana, 50 anos, 2019).

A estigmatização e a rejeição por parte das famílias impactaram fortemente a trajetória dessas mulheres, e o próprio modo como elas enxergam o cuidado com os filhos, vistos como "doentes" por outras pessoas. Cora, cuja migração foi motivada pela busca por tratamentos de saúde mais adequados para o filho, traz a percepção de certa desumanização oriunda desses processos

de discriminação. Magda narra episódios cruéis e violentos de tratamento dado a seu filho, envolvendo, inclusive, ameaças de “sumiço” com a criança. É evidente, ainda, como a culpa, nesse caso, opera tanto no nível hipotético, atribuído por outra pessoa: “se acontecer algo com meu irmão, você vai se sentir culpada”, quanto no sentimento de “obrigação” e responsabilização pelo cuidado com o filho que ela “trouxe ao mundo”.

Para Biroli (2018), enxergar o cuidado como um problema político pressupõe o entendimento de que há uma desvalorização do trabalho desempenhado para/com pessoas inevitavelmente dependentes – como é o caso dos filhos de Magda e Cora, que são jovens com paralisia cerebral. Olhar para o cuidado como um aspecto de justiça, como defendido por West (1997), nesse sentido, envolve a compreensão de que dimensões como a racial, a de origem nacional e a econômica/de classe permeiam esses processos e fortalecem quadros de desigualdade. Contratar um cuidador ou cuidadora (e, desse modo, poder exercer seu trabalho e delegar o cuidado a outra pessoa), por exemplo, demanda recursos financeiros. Quando eles são escassos, como no caso das mulheres que se dedicam exclusivamente ao cuidado com os filhos com deficiência, essa dedicação envolve aspectos simbólicos e materiais (Biroli, 2018). Nesses cenários, a ocupação, desempenhada gratuitamente, pode se desdobrar em vulnerabilidades sociais – como o próprio impedimento do exercício de trabalho remunerado –, como aconteceu com nossas interlocutoras de pesquisa.

Em termos da vivência desses processos para mulheres migrantes, Carpenedo e Nardi (2017) apontam que, para entender como a migração opera em processos subjetivos, é necessário enxergar que discursos e sentimentos sobre a experiência de ser mãe também são atravessados por relações de poder. Normas sociais que definem o que seria uma “boa maternidade”, na avaliação dos autores, se fortaleceram com a ascensão da modernidade e da família patriarcal burguesa. A ideia de um papel materno, contudo, confere também uma posição de estigma e desvio para aquelas mães que não atendem a esses “parâmetros” (Carpenedo e Nardi, 2017), reforçando expectativas sociais e sentimentos de culpa por parte das mulheres.

Desse modo, ao falarmos em maternidade e, principalmente, na vivência desta por mulheres migrantes, conforme já pontuado, é marcante a existência de uma pressão para o cumprimento do papel social de uma “boa mãe”, principalmente quando o exercício desse “papel” envolve a vida em outro país. Essa ideia foi presente em vários relatos, nos mais diversos contextos.

[Ao vivenciar situações de desrespeito] Eu chorava de raiva. Eu me sentia impotente por não fazer nada por meu filho... Eu achava que eu não prestava, que eu não era uma boa mãe. Meu filho precisava de mim e eu não podia fazer nada (Magda, boliviana, 50 anos, 2019).

Meu filho nunca morou aqui. Eu quero trazer ele. Vou batalhar para trazer ele. E até falo que vou ter que ir moldando ele de novo. Porque eu acho que ele está um pouco assim, depressivo, foi criado sem mim... Só com o pai, a tia, a avó. As duas vós já partiram, a bisavó também já partiu... Praticamente sozinho e isso também me dói. Porque a mãe não está presente. Eu fico com vontade de dar para ele tudo que eu não dei quando ele era criança (Márcia, cubana, 51 anos, 2019).

Assim, foi toda uma situação complicada por separar do meu ex-marido, da família... todo mundo achando que eu estava muito louca por ir embora, ainda levando meu filho, era um peso social que eu trouxe e carreguei por muitos anos aqui. Minha mãe lá carregou também, porque era tipo punitivo, né? "Ah, a filha mal criada que fez merda com o matrimônio e maltrata o cara e ainda por cima leva o filho, deixa o filho sem pai", era toda uma questão. Aí por isso eu decidi sair do Peru (Olga, peruana, 39 anos, 2019).

Os três trechos acima expõem trajetórias migratórias distintas, mas que possuem alguns pontos em comum. Magda relata um sentimento de culpa e impotência por não ter conseguido evitar que o filho sofresse situações de desrespeito no Brasil. No caso de Márcia, cujo filho vive em Cuba, por mais que ela relate em outros momentos que a preocupação e os vínculos de cuidado com o filho sejam mantidos mesmo à distância, é marcante a dor pela ausência e a vontade de trazê-lo para o Brasil para "dar a ele o que não deu quando criança". No relato de Olga, que migrou quando o filho ainda era pequeno, é evidenciada a pressão social que ela sofreu por ter se divorciado do ex-marido e ter mudado de país na companhia do filho dos dois.

Embora tenham vivenciado contextos e processos migratórios diferentes, as visões das interlocutoras sobre o modo como elas mesmas exercem a maternidade são marcadas por essas percepções de que elas não conseguiram responder a determinadas demandas dos filhos, ou mesmo cumprir papéis que eram esperados que desempenhassem enquanto mães.

Em todos os relatos é possível observar quadros de pressão e a culpabilização da mãe migrante. Isso ocorre tanto nos casos em que ela se desloca sem o filho e vivencia a maternidade transnacionalmente (como fez Márcia), quanto nos processos em que a mulher migra com ele também (como Olga e Magda). Por mais que as trajetórias, motivações e realidades sejam diferentes, portanto, é comum a responsabilização da mulher por ter migrado e, conseqüentemente, ter prejudicado seu papel de "boa mãe". Há a ideia de uma quebra de expectativas sociais e normas pressupostas como válidas, uma tensão entre a representação da maternidade e a realidade vivenciada pelas migrantes.

Diante disso, a migração é vista socialmente de forma negativa, associada

ao “abandono” de um ideal tradicional de família. Mais ainda, a mulher que migra é enxergada como alguém que falha em exercer a “maternidade ideal”. O relato de Olga, nesse sentido, é exemplar, e demonstra como as percepções das pessoas sobre si mesmas são marcadamente relacionadas a processos interacionais. Ela destaca o “peso social” e a imagem negativa que existia em torno de sua decisão por se separar e sair do país: “todo mundo achando que eu estava muito louca (...) a filha mal criada que fez merda com o matrimônio”. No contexto social em que se inseria, mesmo vivendo em um relacionamento abusivo com seu ex-marido, Olga era vista como alguém que estava “fora de si”, o que, sob essa concepção, inviabilizaria sua tomada de decisão de modo mais consciente. Mais ainda, ao ser lida como “mal criada”, a responsabilização sobre o término do casamento recaía sobre si, mas também sobre a criação que lhe fora dada pelos pais.

As expectativas e os papéis de gênero operaram, nesse e em outros casos, de modo desterritorializado, se deslocando com a mulher que migrou, mas também permanecendo no país de origem, sobre outra mulher: sua mãe. Em contrapartida e, mesmo diante de toda a pressão social exercida sobre elas, Olga, assim como outras migrantes, decidiu migrar e romper com a realidade de opressão vivenciada.

CONCLUSÃO

As dinâmicas em torno do cuidado continuam sendo um campo de investigação central para a teoria política feminista e para os estudos de gênero. No campo das migrações, essa discussão é feita principalmente em pesquisas que analisam o trabalho de *care* e a inserção de migrantes nesse setor ao redor do mundo (Hirata, 2016), a atuação de migrantes no trabalho produtivo e reprodutivo (Castro, 2006; Mallimaci, 2018), as dinâmicas em torno do trabalho doméstico (Lisboa, 2006), bem como investigações que demonstram a relação entre o trabalho de cuidado comunitário e as formas de resistência compartilhadas entre mulheres migrantes (Rosas, 2018; Dornelas, 2020).

Neste artigo, procuramos refletir sobre aspectos relacionados ao cuidado, à maternidade e as relações familiares que mulheres migrantes latino-americanas desenvolvem em seus processos migratórios. Inicialmente, mobilizamos algumas agendas da teoria política feminista e da literatura em migração e gênero, para posteriormente apresentar os achados e reflexões obtidos com base no trabalho de campo, realizado com mulheres migrantes que residem no Brasil.

Nas narrativas das migrantes entrevistadas, de modo geral, há a exposição da saudade e da importância do estabelecimento de vínculos afetivos para

suas trajetórias migratórias. O contexto social e as expectativas e papéis de gênero atravessam esses processos, influenciando a percepção de que a elas cabe o cuidado com a família, de modo transnacional. Isso opera até mesmo sem que haja uma autoridade externa a impor essa responsabilidade, tendo em vista que esses papéis formam parte da socialização diferente de acordo com o gênero e outros marcadores, como classe, etnia, raça e nacionalidade. Ou seja, “a alocação das responsabilidades pelo trabalho e, especificamente pelo cuidado é institucionalizada, permeia as relações cotidianas domésticas, mas não depende do exercício direto da autoridade por parte do pai nem do marido ou companheiro” (Biroli, 2018, P. 65). Em muitos casos, essas tarefas são exercidas de modo desigual pela ausência de responsabilidade de outras pessoas (como no caso das mulheres que são mães solo) ou pela distância física de redes de apoio e confiança, o que acaba gerando sentimentos de solidão e sofrimento.

No caso das mulheres que são mães, essa responsabilização pelo cuidado pode operar lado a lado com a culpa pelo deslocamento, motivada principalmente por papéis e pressões sociais que ditam o que é uma “boa maternidade”, e por uma ideia tradicional e heteronormativa de família. Isto é, se podemos falar em arranjos sociais (Biroli, 2018) que direcionam unicamente às mulheres o papel do cuidado com familiares, é possível perceber uma culpabilização daquelas que, por estarem distantes fisicamente dessas pessoas, não podem exercer esse papel socialmente esperado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anzaldúa, Gloria (2005). La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Revista estudos feministas*, 13(3), 704-719.

Assis, Gláucia de Oliveira (2004). *De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira e os rearranjos familiares e de gênero*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Assis, Gláucia de Oliveira (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, 15, 745-772. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>

Beauvoir, Simone de (1980 [1949]). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira.

Biroli, Flávia (2017). Teorias Feministas da Política, Empíria e Normatividade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 102, 173-210. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-173210/102>

Biroli, Flávia (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial.

Biroli, Flavia y Miguel, Luis Felipe (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial.

Castro, Juventina Yolanda (2006). *Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género en una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo*. (Tese de Doutorado). Universidad de Granada, Granada.

Carpenedo, Manoela y Nardi, Henrique (2017). Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. *Cadernos Pagu*, 49, 80-114. doi: <https://doi.org/10.1590/18094449201700490012>

Chodorow, Nancy (1999 [1978]). *The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press.

Cogo, Denise (2017). Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, 40(1) 177-193. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-58442017110>

Collins, Patricia Hill (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Crenshaw, Kimberlé (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. Em Bartlett, Katharine, e Kennedy, Rosanne. (Ed.), *Feminist Legal Theory* (pp. 139-167). New York, USA: Routledge.

Crenshaw, Kimberlé (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero*, 1(1), 7-16.

Dornelas, Paula (2020). *"Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira": lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Brasil.

Dutra, Delia (2013). Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, 21(40), 177-193.

Friedan, Betty (1963). *The Feminine Mystique*. New York, USA: Norton.

Gilligan, Carol (1982). *In a different voice: Psychological theory and women's development*. Cambridge, USA: Harvard University Press.

Gomes, Agusta Antônia (2017). *A Teoria da Justiça de John Rawls: Crítica e Defesa Feminista*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Gonzalez, Lélia (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores.

Kilomba, Grada (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Brasil: Editora Cobogó

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, 5, 7-41.

Harding, Sandra (1989). Is there a feminist method. *Feminism and science*, Indiana University Press, 18-32.

Harding, Sandra (1995). Strong objectivity: A response to the new objectivity question. *Synthese*, 104(3), 331-349. doi: <https://doi.org/10.1007/BF01064504>

Hirata, Helena (2014). Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26(1), 61-73. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

Hirata, Helena (2016a). O trabalho de cuidado. *Sur: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, 13, 53-64.

Hirata, Helena (2016b). Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais. *Revista da ABET*, 15(1), 9-21. Obtido em <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/abet/article/view/31256>

Hochschild, Arlie Russel (2004). As cadeias globais de assistência e a mais-valia emocional. Em Hutton, Will, e Giddens, A. (Ed), *No limite da racionalidade - convivendo com o capitalismo global* (pp. 187-209). Rio de Janeiro, Brasil: Record.

Hondagneu-Sotelo, Pierrete y Avila Ernestine (1997). "I'm here, but I'm there". The Meanings of Latina Transnational Motherhood. *Gender and Society*, 11(5), 548-57. doi: <https://doi.org/10.1177/089124397011005003>

hooks, bell (1984). *Feminist Theory: From Margin to Center*. New York/Boston, USA: South End Press.

Kofman, Eleonore (2012). Rethinking care through social reproduction: Articulating circuits of migration. *Social Politics*, 19(1), 142-162. doi: <https://doi.org/10.1093/sp/jxr030>

Lawson, Victoria A. (1998). Hierarchical households and gendered migration in Latin America: feminist extensions to migration research. *Progress in Human*

Geography, 22(1), 39-53. doi: <https://doi.org/10.1191/030913298677526732>

Lisboa, Teresa Kleba (2006). Gênero e Migrações – Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, 14(26-27), 151-166.

Lisboa, Teresa Kleba (2007). Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista Estudos Feministas*, 15(3), 805-821.

Magliano, María José (2018). *Entre márgenes, intersticios e intersecciones: diálogos posibles y desafíos pendientes entre género y migraciones* (pp. 123-146). Córdoba, Argentina: TeseoPress.

Magliano, María José y Domenech, Eduardo (2009). Género, política y migración en la agenda global: transformaciones recientes en la región sudamericana. *Migración y desarrollo*, 12, 53-68.

Mallimaci Barral, Ana Inés (2018). Circulaciones laborales de mujeres migrantes en la Argentina: Historias de enfermeras en el AMBA. Em Magliano, María José (Comp.), *Entre márgenes, intersticios e intersecciones: diálogos posibles y desafíos pendientes entre género y migraciones* (pp. 123-146). Córdoba, Argentina: TeseoPress.

Mendonça, Ricardo Fabrino (2009). *Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Nussbaum, Martha (1999). *Sex and social justice*. New York, USA: Oxford University Press.

Okin, Susan Moller (2008). Gender, the Public and the Private. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305-332.

Pateman, Carole (1988). *The sexual contract*. Stanford, USA: Stanford University Press.

Ramos, Natália (2010). Gênero e migração: questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos*, 1-9.

Rodrigues, Cristiano y Freitas, Viviane Gonçalves (2021). Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 34(54). doi: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>

Rosas, Carolina (2018). Prólogo. Em Magliano, Maria José (Comp.), *Entre márgenes, intersticios e intersecciones: diálogos posibles y desafíos pendientes entre género y migraciones* (pp. 9-12). Córdoba, Argentina: TeseoPress.

Ruddick, Sara (1995). *Maternal thinking: Toward a politics of peace*. Boston, USA: Beacon Press.

Sarmiento, Rayza (2017). *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Tronto, Joan C. (1998). An ethic of care. *Generations: Journal of the American Society on Aging*, v. 22, n.3, 15-20. Obtido em <http://www.jstor.org/stable/44875693>

West, Robin (1997). *Caring for Justice*. New York, USA: NYU Press.

Yanow, Dvora (2014). Interpretive analysis and comparative research. Em Engeli, Isabelle, Allison, Christine Rothmayr (Ed.), *Comparative Policy Studies. Research Methods Series* (pp. 131-159). London: Palgrave Macmillan.